

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 3.015-C, DE 2004

Emendas do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.015-B, de 2004, que “altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991 e a Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências”.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado Léo Alcântara

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Por ocasião da primeira análise das emendas propostas pelo Senado Federal à proposição em epígrafe, pareceu-nos correta a proposta contida na emenda de nº 10, de suprimir , do Substitutivo aprovado nesta Casa, as disposições contidas no art. 5º e seu parágrafo único, já que configuraria perigoso precedente um perdão, ainda que parcial, de compromissos relativos às contrapartidas em P & D exigíveis para fins de obtenção de incentivos fiscais.

Posteriormente, análise mais apurada da matéria levou-nos a rever nossa posição, na forma da presente complementação de voto.

Com efeito, a Lei nº 10.176, de 2001, ao disciplinar juridicamente os investimentos nesta área, vinculou a exigibilidade de aplicações em P & D a regulamentação específica, só criada em 20.04.2001, com a promulgação do Decreto nº 3.800.

Quanto à Zona Franca de Manaus, a regulamentação específica só veio através do Decreto nº 4.401, de 1º de outubro de 2002, a qual, todavia, só pôde ser implementada após a efetiva criação do Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia – CAPDA.

Não havia, pois, como as empresas fabricantes de bens e serviços de informática na Zona Franca de Manaus realizarem seus investimentos antes da edição do aludido regulamento e do credenciamento das instituições aptas a receber os recursos do investimento compulsório de que trata a Lei, mediante convênios. Estas limitações foram inclusive reconhecidas pela SUFRAMA no texto da Portaria nº 50/2003.

Face ao exposto, entendemos justa a redução proposta pelo Substitutivo aprovado nesta Casa, motivo pelo qual consideramos que a emenda nº 10 não deva prosperar.

Assim sendo, **votamos pela aprovação das emendas nº 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 11 e pela rejeição da emenda nº 10, todas do Senado Federal, ao Projeto de Lei nº 3.015-B, de 2004.**

Sala da Comissão, em 08 de dezembro de 2004.

Deputado **LÉO ALCÂNTARA**
Relator